

VIRUS

26

O DEBATE DECOLONIAL TERRITÓRIOS

PORTUGUÊS-ESPAÑOL | ENGLISH

REVISTA . JOURNAL

ISSN 2175-974X

CC-BY-NC-AS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

NOMADS.USP

WWW.NOMADS.USP.BR/VIRUS

DEZEMBRO 2023

NOMADS
USP



WI26

O DEBATE DECOLONIAL: TERRITÓRIOS THE DECOLONIAL DEBATE: TERRITORIES

EDITORIAL

- 001 O DEBATE DECOLONIAL: TERRITÓRIOS
THE DECOLONIAL DEBATE: TERRITORIES
MARCELO TRAMONTANO, JULIANO PITA, PEDRO TEIXEIRA, THAMYRES REIS, ISABELLA CAVALCANTI, CAIO MUNIZ

ENTREVISTA

- 004 UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL PARA SUPERAR INSUFICIÊNCIAS
A DECOLONIAL PERSPECTIVE TO OVERCOME INSUFFICIENCIES
UNA PERSPECTIVA DECOLONIAL PARA SUPERAR LAS INSUFICIENCIAS
FERNANDO LUIZ LARA

ÁGORA

- 012 LA DIMENSIÓN ESPACIAL DE LA COLONIALIDAD: UNA PROPUESTA INTERPRETATIVA Y OTRAS VOCES IGNORADAS
THE SPATIAL DIMENSION OF COLONIALITY: AN INTERPRETATIVE PROPOSAL AND OTHER IGNORED VOICES
YASSER FARRÉS DELGADO
- 029 ÀS VEZES É FEIO, MAS TÁ NA MODA! POTÊNCIAS, ADIÇÕES E LIMITES DECOLONIAIS
SOMETIMES IT'S UGLY, BUT FASHIONABLE! DECOLONIAL POWERS, ADDITIONS, AND LIMITS
LEO NAME, TEREZA SPYER
- 041 HACIA UNA ONTOLOGÍA POLÍTICA DEL BUEN VIVIR URBANO
TOWARD A POLITICAL ONTOLOGY OF URBAN BUEN VIVIR
PILAR MARIN, ALDO ALOR, ISRAEL ORREGO-ECHEVERRÍA
- 050 A POÉTICA DA RELAÇÃO E AS CIDADES: PERSPECTIVA PARA UMA URBANÍSTICA DECOLONIAL
THE POETICS OF RELATION AND CITIES: PERSPECTIVE FOR A DECOLONIAL URBANISM
CARLOS HENRIQUE MAGALHÃES DE LIMA
- 059 FOSS, CARTOGRAFÍA, COLONIALISMO Y SOBERANÍA EN PARAGUAY Y EL SUR GLOBAL
FOSS, CARTOGRAPHY, COLONIALISM AND SOVEREIGNTY IN PARAGUAY AND THE GLOBAL SOUTH
JUAN CRISTALDO, GUILLERMO BRITZ, SILVIA ARÉVALOS, LISSANDRY RODRIGUEZ
- 087 A PAISAGEM NA CONSTRUÇÃO DO BEM VIVER: O NHANDEREKO NA CAPITAL PAULISTA
THE LANDSCAPE IN THE CONSTRUCTION OF GOOD LIVING: THE NHANDEREKO IN SAO PAULO STATE CAPITAL
LUCAS BUENO, FÁBIO GONÇALVES

- 102 ABORDAGENS DECOLONIAIS PARA PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO
DECOLONIAL APPROACHES TO RESEARCH IN URBAN PLANNING
FABIANA SILVA, CINTIA ALVES, ISABELA SANTOS
- 118 EXPERIÊNCIA NO ALTIPLANO: FLÁVIO DE CARVALHO E A CIVILIZAÇÃO NUA DA AMÉRICA DO SUL
EXPERIENCE ON THE ALTIPLANO: FLÁVIO DE CARVALHO AND THE SOUTH AMERICAN NAKED CIVILIZATION
LEONARDO NOVO, LEONARDO SOUZA
- 127 1984: COLONIALISMO E DISTOPIA
1984: COLONIALISM AND DYSTOPIA
PAULA ALBUQUERQUE
- 136 PROSPECTANDO QUALIDADES RELACIONAIS ANTICOLONIAIS NA EDUCAÇÃO EM DESIGN
PROSPECTING ANTI-COLONIAL QUALITIES IN DESIGN EDUCATION
MARCO MAZZAROTTO, FREDERICK VAN AMSTEL, BIBIANA SERPA, SÂMIA SILVA

PROJETO

- 146 RUMO A UM DESENHO URBANO GENUINAMENTE LATINO
TOWARDS A LATIN-BASED URBAN DESIGN
CARLOS COSTA, CARLOS NOME

ABORDAGENS DECOLONIAIS PARA PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO DECOLONIAL APPROACHES TO RESEARCH IN URBAN PLANNING

FABIANA SILVA, CINTIA ALVES, ISABELA SANTOS

Fabiana Felix do Amaral e Silva é Arquiteta e Urbanista e Doutora em Ciências da Comunicação. É professora na Universidade do Vale do Paraíba, pesquisadora do Grupo de Trabalho do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais e atua nas linhas de pesquisa de movimentos sociais, planejamento urbano e metodologias decoloniais. fabiana.amaral@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-5754-9745>
<http://lattes.cnpq.br/9584609707431515>

Cintia Fabiola Mota Alves tem graduação em Biblioteconomia e Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. É bibliotecária na Universidade do Vale do Paraíba e atua nas áreas de Planejamento Urbano, Bibliotecas Comunitárias e Metodologias Participativas. cintia.f.m.alves@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/5469499326798113>

Isabela dos Reis Santos é Arquiteta e Urbanista. É arquiteta da Universidade do Vale do Paraíba e atua nas áreas de Planejamento Urbano e Comunitário, Movimentos Sociais e Metodologias Participativas. isabelareis.arqtr@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/4391111952948320>

ARTIGO SUBMETIDO EM 6 DE AGOSTO DE 2023

Como citar esse texto: Silva, F. F. A., Alves, C. F. M., Santos, I. R. (2023). Abordagens decoloniais para pesquisa em Planejamento Urbano. *VIRUS*, 26, 102-117. <http://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/834>

Resumo

O artigo destaca a relevância das epistemes decoloniais no debate do planejamento urbano e dos movimentos sociais, valorizando o protagonismo dos grupos subjugados na construção de novos conhecimentos capazes de tensionar a ordem vigente. A chave decolonial permite compreender que a formação de padrões de segregação é um evento social-racial-espacial por meio do qual se operam diversos mecanismos de opressão ligados à raça, ao gênero, à classe e às origens regionais. O foco da pesquisa é a dimensão da periferia como território sociopolítico, ou seja, a análise de expressões, ações e iniciativas de movimentos e/ou grupos sociais que ganham legitimidade ao produzirem suas próprias perspectivas políticas, sociais e culturais sobre e para a cidade. A metodologia adotada valoriza o protagonismo epistêmico dos portadores das experiências analisadas, articulando categorias do debate decolonial com o processo e os resultados de duas experiências de campo junto ao coletivo Quilombo Abayomi, com base na perspectiva metodológica da sistematização de experiências de Oscar Jara Holliday. Como resultado, apresenta desafios para o campo do planejamento urbano ao introduzir abordagens teóricas e metodológicas decoloniais que valorizam as territorialidades periféricas e promovem uma mudança paradigmática, composta por outras epistemes.

Palavras-chave: Epistemes decoloniais, Planejamento urbano, Movimentos sociais, Sistematização de experiências, Metodologias participativas

1 Introdução

As epistemes decoloniais ganharam relevância nas discussões das ciências sociais no final dos anos 1990, estando associadas ao Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) (Ballestrin, 2013). Esse grupo foi responsável por elaborar e sistematizar categorias e análises que redefiniram a história e a prática política na América Latina, além de abrir espaço para novas proposições teórico-metodológicas. Segundo a autora, a perspectiva decolonial posicionou a América Latina como continente fundador do colonialismo e, por conseguinte, da modernidade (Quijano, 2007), tornando-se o primeiro laboratório de testes para o racismo a serviço do colonialismo. Diante desse cenário, entende-se que a abordagem decolonial pode proporcionar novos horizontes para a construção de um pensamento voltado à libertação humana, através do diálogo e da articulação com a produção do conhecimento (Ballestrin, 2013).

Neste artigo, o foco são as possibilidades de a perspectiva decolonial desenhar novos horizontes e, principalmente, refletir sobre **com quem** têm sido pensadas essas articulações. Esse talvez seja o giro mais significativo provocado pela perspectiva decolonial, que, ao colocar no centro do processo a compreensão das dinâmicas dos povos, contrapõe a prevalência da academia como promotora do conhecimento.

A proposta do artigo aponta o campo do planejamento urbano e dos movimentos sociais como *locus* das reflexões sobre os modos "outros" de fazer pesquisa com base na perspectiva decolonial. A escolha ganha destaque considerando as mais variadas experiências socioterritoriais de ocupação e produção nas cidades brasileiras e latino-americanas. Tais experiências impulsionam uma reorganização social, por meio da qual os territórios se tornam espaços de sobrevivência e construção de uma dimensão sociopolítica alternativa.

São, portanto, experiências socioterritoriais e periféricas que abordam as lutas contra os mecanismos de opressão ligados à raça, ao gênero, à classe e às origens regionais, bem como às suas interseccionalidades. Nesse sentido, vão além do debate tradicional sobre o acesso aos recursos e espaços, tais como equipamentos públicos, saúde, moradia e cultura, ao questionarem as raízes dos processos de expropriação e exploração que sofrem. Por meio de uma abordagem decolonial, incorporam o direito à produção e ao reconhecimento identitário, desafiando as estruturas impostas pela colonialidade de poder (Quijano, 2007) e, assim, os grupos ganham legitimidade ao produzirem suas próprias perspectivas políticas, sociais e culturais sobre e para a cidade.

Apesar da existência de contribuições em relação às análises das dimensões mencionadas, muitas abordagens ainda permanecem alinhadas a teorias críticas que tratam a produção capitalista do espaço de maneira desarticulada da dimensão de sua colonialidade. Nesse sentido, destacam-se dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, é essencial compreender a relação epistêmica entre a colonialidade e a produção do espaço, em que o eurocentrismo atua como elemento propulsor e estruturador das colonialidades territorial, urbana e arquitetônica (Farrés Delgado, 2016). Em segundo lugar, inspiradas pela perspectiva da autonomia do desenho ou projeto (Escobar, 2014; Freire-Medeiros & Name, 2019; Porto Gonçalves, 2001), emergem novas dimensões sociopolíticas voltadas ao controle popular dos territórios e ao espaço de novos usos, que desafiam a ordem clássica de produção do espaço.

O artigo propõe avançar na observação do "como" e "com quem" pensar a transformação social, debatendo a metodologia no campo decolonial para garantir o protagonismo epistêmico dos portadores das experiências analisadas. A perspectiva metodológica de Holliday (2006) oferece caminhos para leituras analíticas com intenção propositiva, o que permite criar novos horizontes e formas de estar no mundo, ou seja, com os próprios sujeitos envolvidos como protagonistas nos processos de transformação.

O texto é dividido em três seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira seção aborda as contribuições do debate decolonial para o planejamento urbano. A segunda seção amplia o foco para discutir os dilemas e avanços no campo do planejamento urbano, enfatizando o papel pedagógico das experiências dos movimentos sociais como espaço de tensionamento e proposição. Na terceira seção, são apresentadas reflexões sobre a dimensão metodológica dos estudos decoloniais, bem como os resultados de duas experiências de campo junto ao coletivo Quilombo Abayomi, desenvolvidas com base na perspectiva metodológica da sistematização de experiências de Oscar Jara Holliday (2006).

2 A dimensão territorial da colonialidade em debate

O conceito de colonialidade de poder, elaborado por Quijano (2007), representa o legado duradouro e sistêmico da colonização na América Latina, que inclui não apenas a exploração econômica, mas também a categorização racial e a hierarquização de grupos sociais como parte integrante desse sistema de poder. A ideia de raça, desenvolvida para legitimar as relações de dominação na conquista da América, ainda estrutura as relações de poder na contemporaneidade.

No cenário em questão, outras categorias como "colonialidade do saber" e "colonialidade do ser" emergem como desdobramentos da colonialidade de poder. Lander (2000) aborda o modo como o colonialismo impactou a construção do conhecimento e as formas de produção de saberes, o que revelou como o saber ocidental se impôs como universal e superior e, desse modo, marginalizou e subalternizou outras formas de conhecimento produzidas em contextos coloniais. A colonialidade do ser, por sua vez, refere-se à construção das identidades e subjetividades sob a lógica colonial e analisa como as noções de raça, gênero e sexualidade, entre outras, foram forjadas e instrumentalizadas para a perpetuação das relações de poder e opressão (Maldonado Torres, 2007).

Embora o debate decolonial tenha avançado em diversas frentes, a dimensão territorial ainda é pouco explorada. A abordagem da colonialidade de poder nos permite realizar uma análise do urbano para além das questões de classe, incorporando outras hierarquias presentes nas experiências latino-americanas, como a relação entre modernidade e colonialidade. Farrés Delgado contribui para o debate ao evidenciar a relação epistêmica entre a colonialidade e a produção do espaço (Farrés Delgado, 2016). O conceito de "colonialidade territorial", formulado por Farrés Delgado e Matarán (2012), descreve um conjunto de padrões de poder que estabelecem hegemonicamente uma concepção do território sobre outras percepções consideradas "inferiorizadas".

Esses padrões se estruturam em uma relação triangular entre a "colonialidade do ser territorial" (hegemonia do "ser urbano" sobre formas de existência humana não urbanas), a "colonialidade do saber territorial" (práticas de concepção e habitação do território) e a "colonialidade do poder territorial" (distribuição desigual do poder de enunciação e tomada de decisões sobre o território), sendo essas dimensões estão interconectadas. A "colonialidade do ser territorial" atua como a base da

estrutura, estabelecendo relações de poder que determinam as outras dimensões. A "colonialidade do saber territorial" é influenciada pela hegemonia do "ser urbano" e, por sua vez, reforça tal hegemonia. Enquanto isso, a "colonialidade do poder territorial" é influenciada pelas outras dimensões, reforçando a hegemonia do "ser urbano" e das práticas de ocupação do território (Farrés Delgado, 2016).

A estrutura triangular da colonialidade territorial se retroalimenta e se reforça mutuamente, revelando a complexidade das relações de poder no âmbito do debate decolonial no Brasil e na América Latina. Dessa forma, podemos compreender melhor como o território é moldado e instrumentalizado pela lógica colonial e como a luta pela descolonização deve considerar a interconexão entre as diversas dimensões da colonialidade (Farrés Delgado, 2016).

3 Dilemas e avanços do debate decolonial no campo do planejamento urbano: das insurgências urbanas às possibilidades de autonomia do *diseño*¹

No século XXI, especialmente no Brasil após as jornadas de 2013, o debate teórico tem se debruçado sobre as questões conflituosas no âmbito urbano. Dentre os diversos autores que têm contribuído para a discussão, destaca-se Harvey (2014), cuja argumentação "Cidades rebeldes" expõe as contradições da urbanização sob a perspectiva dos movimentos críticos à gestão capitalista do território.

Abordagens de planejamento insurgente, enfatizadas por Holston (2016) e Miraftab (2009), ganham relevância para compreender a vida urbana e as resistências à gestão neoliberal dos territórios, incluindo a gentrificação dos centros urbanos e a ampliação das periferias. Miraftab destaca que as práticas insurgentes tensionam a visão dos planejadores profissionais e desafiam a ideia de sua atuação isolada. Essas perspectivas destacam o papel do território no sistema mundial capitalista e na resistência, mas frequentemente negligenciam a dimensão da colonialidade.

Para aprofundar esse debate, apresenta-se a compreensão do território periférico como um espaço sociopolítico de vida (Zibechi, 2015; D'Andrea, 2013; Silva & Oliveira, 2017; Haesbaert, 2020). Tal abordagem destaca as ações dos movimentos e grupos sociais que, por meio de expressões políticas, culturais e sociais, reelaboram suas existências e promovem uma nova organização social. Tais ações resultam na reconfiguração do território, que passa a ser visto como um espaço de sobrevivência e de construção de uma nova dimensão sociopolítica. Nessa conjuntura, o debate decolonial surge como uma chave interpretativa capaz de ampliar a compreensão das referidas transformações e contribui para repensar o campo do planejamento urbano (Silva & Maciel, 2021). Neste trabalho, vamos nos debruçar sobre categorias analíticas de autonomia do *diseño* (Escobar, 2014; Escobar, 2016), e de r-existência (Porto Gonçalves, 2001) para um debate que entrelaça epistemologias decoloniais e planejamento.

Em seu livro *Autonomía y diseño* (Escobar, 2016), Arturo Escobar argumenta que a crise atual é o resultado de formas profundamente arraigadas de ser, fazer e conhecer, e que recuperar o *diseño* para a construção de outros mundos requer uma consciência nova e efetiva da historicidade do *diseño* na formação onto-epistêmica patriarcal, capitalista e moderna. O termo *diseño* possui uma riqueza semântica que vai além da tradução para o português, como explicado por Britto (2020) ao analisar a obra de Arturo Escobar. No livro, *diseño* significa produção de representações ontológicas sobre a realidade, englobando desde simples desenhos até projetos, instituições e concepções do mundo como um todo. No artigo, optamos por manter a palavra *diseño* para preservar a amplitude do debate proposto pelo autor.

Escobar (2016) propõe uma abordagem ontológica do *diseño* focada na interação entre entendimento e criação, destacando que essa abordagem pode gerar novas formas de ser e se relacionar com o mundo, enfatizando a relevância da cultura nesse processo. Além disso, o autor examina criticamente a ontologia dualista de separação, controle e apropriação, que se tornou dominante na modernidade patriarcal capitalista ocidental. Valoriza, assim, a diversidade cultural, as cosmovisões locais e o conhecimento ancestral como elementos essenciais para a construção de um mundo mais justo em termos

¹ O título destaca o debate sobre a autonomia do desenho ou projeto no âmbito do planejamento urbano, enfatizando as perspectivas decoloniais inspiradas nas ideias de Arturo Escobar.

espaciais e sociais. Nesse sentido, a ideia de "*autonomía y diseño*", proposta por Arturo Escobar, refere-se a uma abordagem na qual as comunidades e atores locais assumem um papel central na definição e criação de seus espaços e territórios.

Freire-Medeiros e Name (2019) enriquecem o debate ao refletirem sobre as dinâmicas sociais e espaciais da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, ao indicarem a ocupação das lajes como uma forma de resistência, pois possibilita a criação de novos espaços para sociabilidade e lazer, além de oferecer oportunidades para a expansão da moradia e geração de renda. As lajes, frequentemente vistas como problemas a serem resolvidos, podem ser entendidas como formas de apropriação do território e de resistência social, servindo como pontos de observação e conexão entre escalas, demandando uma abordagem epistêmica que repense as formas tradicionais de análise e intervenção na favela e na cidade.

Porto Gonçalves (2001) propõe o conceito de "r-existir", que representa a capacidade de resistir e se reinventar em contextos assimétricos de poder, transcendendo, assim, o simples ato de lutar contra algo. Nesse sentido, a letra "R" representa tanto a resistência como a reinvenção, valorizando a construção de novas formas de vida e de relações sociais em meio às adversidades. Ao impulsionar discussões no planejamento urbano e promover alternativas às lógicas hegemônicas de desenvolvimento, essas abordagens epistêmicas evidenciam a necessidade de refletir criticamente sobre a influência da episteme eurocentrada nesse campo. As práticas e ações dos movimentos sociais podem ser elementos pedagógicos para tensionar as lógicas dominantes ao valorizar a diversidade de saberes locais, impulsionando o debate metodológico decolonial como forma de desafiar paradigmas estabelecidos.

4 A dimensão metodológica dos estudos decoloniais: relato de sistematização de experiências junto ao Coletivo Quilombo Abayomi

A abordagem pedagógica das experiências, juntamente com o reconhecimento do protagonismo dos sujeitos, torna-se uma temática relevante no âmbito acadêmico e social. Nesse sentido, é importante reavaliar a dimensão metodológica da produção do conhecimento, considerando uma perspectiva processual e valorizando o protagonismo dos sujeitos envolvidos (Dulci & Malheiros, 2021; França, 2020; Sousa & Cavalcante, 2021).

Borsani (2021) aborda a temática das metodologias decoloniais e enfatiza que ainda não são procedimentos de pesquisa preestabelecidos, mas sim uma reconstrução posterior da investigação. A autora ressalta que não se trata de uma falta de consolidação devido à recenticidade do pensamento decolonial, mas sim de reconhecer que a metodologia decolonial não pode ser aplicada de forma padronizada em qualquer pesquisa. Pelo contrário, a construção de uma metodologia decolonial deve ser sensível e contextualizada, a fim de dialogar com as práticas políticas e epistemológicas dos sujeitos envolvidos.

A partir dessas considerações iniciais sobre o âmbito metodológico no campo decolonial, apresentamos a sistematização de experiências, proposta desenvolvida por Oscar Jara Holliday como um caminho para pensar "como" e "com quem" pensar a transformação social. Holliday (2006) destaca a importância da sistematização de experiências como uma perspectiva para a ação social e a reflexão dialógica e crítica das vivências de grupos sociais específicos. A proposta visa a responder questões como: "o que estamos fazendo? Como estamos fazendo? Para que estamos fazendo?". Holliday ressalta que o processo é participativo, isto é, envolve os próprios sujeitos que vivenciaram as experiências como principais protagonistas. Além disso, a sistematização não se limita a relembrar o que foi vivido, mas também busca iluminar caminhos para o futuro.

Em suas pesquisas com movimentos sociais e grupos marginalizados, Holliday observou que a sistematização permite uma análise retrospectiva e prospectiva das experiências vividas, caracterizando-a como um método de avaliação processual do cotidiano. Três dimensões importantes estão incluídas nesse processo, conforme o Quadro 1:

Elementos da sistematização de experiências

Objetivar o vivido: fazer uma parada para tomar distância do que experimentamos vivencialmente e converter, assim, a própria experiência em objeto de estudo e interpretação teórica e, ao mesmo tempo, em objeto de transformação.

Colocar em ordem conhecimentos desordenados e percepções diversas: ao sistematizar, as pessoas recuperam de maneira ordenada o que já sabem sobre sua experiência, descobrem o que ainda não sabem sobre ela, mas também revelam o que “ainda não sabiam que já sabiam”.

Acolher as interpretações dos sujeitos das experiências: sistematizar não só o que se atenta aos acontecimentos, seu comportamento e evolução, como também às interpretações que os sujeitos têm sobre eles. Cria-se, assim, um espaço para que essas interpretações sejam discutidas, compartilhadas e confrontadas.

Quadro 1: Elementos da sistematização de experiências. Fonte: Holliday, 2006.

Holliday propôs uma metodologia para a sistematização de experiências, composta por cinco etapas distintas, enfatizando a natureza orientadora desse método e ressaltando a importância de considerar as particularidades e dinâmicas dos grupos envolvidos no processo de sistematização. De acordo com o Quadro 2, as etapas são as seguintes:

As cinco etapas da sistematização de experiências (Holliday, 2006)

- 1ª etapa:** corresponde a reunir os autores e os registros das experiências;
- 2ª etapa:** é o momento de apresentar e definir para que se quer sistematizar e que experiências se quer sistematizar;
- 3ª etapa:** propõe a reconstrução da história, a ordenação e a classificação das informações e dos momentos vividos;
- 4ª etapa:** tem como objetivo analisar, sistematizar e interpretar criticamente o processo;
- 5ª etapa:** é o momento para comunicar a aprendizagem.

Quadro 2: Esquema das cinco etapas da sistematização de experiências. Fonte: Holliday, 2006.

4.1 Quilombo Abayomi: Casa de Cultura e Resistência do Povo Preto

O Quilombo Abayomi², coletivo representativo das pessoas pretas e periféricas criado em janeiro de 2022 na cidade de São José dos Campos - SP, é uma Casa de Cultura não lucrativa sustentada por arrecadações colaborativas, cujo nome, de origem yorubá, reforça a cultura africana e significa "encontro precioso" (Quilombo Abayomi, 2022a). A expressão "quilombo urbano" designa uma forma de organização política, cultural, econômica e social que combate o racismo, promove a cultura negra e permite a participação de todos como "criadores de cultura". Esses espaços urbanos são locais de luta e resistência contra a opressão e a exclusão, promovendo a troca de saberes entre grupos marginalizados e afirmando identidades

² Para maiores informações sobre o Quilombo Abayomi acessar: <https://www.instagram.com/quilombo.abayomi/>

culturais e étnicas. A participação ativa dos envolvidos é valorizada, o que incentiva a construção coletiva do conhecimento e a promoção da cultura afro-brasileira (Batista, 2019).

O Quilombo Abayomi situa-se na periferia da cidade de São José dos Campos, a maior cidade do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo, conforme registrado pelo Censo Demográfico de 2022 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2023), com uma população de 697.428 habitantes. São José dos Campos foi reconhecida como a primeira cidade inteligente do Brasil pela ABNT, seguindo normas internacionais de gestão urbana. No entanto, a implementação das certificações está ligada à consolidação da gestão neoliberal dos territórios, que utiliza estratégias de *marketing* urbano (Forti, 2020; Araújo, 2022). Isso esconde a desigualdade socioespacial existente na cidade, que enfrenta problemas como urbanização dispersa, especulação imobiliária, desigualdades de uso e ocupação do espaço e criminalização dos movimentos sociais urbanos.

O bairro do Campo dos Alemães, onde se situa o quilombo, é uma área caracterizada por uma alta densidade demográfica e abriga uma parcela significativa da população da zona sul da cidade³. O bairro enfrenta desafios relacionados à infraestrutura e aos serviços públicos, como a ausência de equipamentos urbanos, transporte público deficitário e carência de espaços de lazer e cultura; dados da prefeitura apontam que a renda média na região é a metade da média da cidade, e a taxa de analfabetismo é a mais alta do município. Os moradores relatam dificuldades no acesso a outras regiões da cidade e a falta de serviços de saúde, cultura, educação e lazer (São José dos Campos, 2018; São José dos Campos, 2017). A Figura 1 localiza o bairro em relação à região central da cidade.

³ Segundo o IBGE (2010), a Zona Sul é uma região densamente povoada, com 233.536 pessoas. No bairro específico, há 19.153 residentes, de acordo com o censo.



Fig. 1: Localização do Bairro em relação a região central da cidade. Fonte: Google Maps, 2023. <https://bityli.cc/zfs>. Acesso: 23/01/2023.

Dessa forma, sua posição periférica em relação ao centro urbano e a presença de características socioeconômicas distintas conferem-lhe uma realidade peculiar marcada pela marginalização e criminalização da pobreza (Telles, 2001). O bairro e sua população são estigmatizados pela criminalização da pobreza, fenômeno no qual indivíduos em situação de vulnerabilidade são submetidos a tratamento criminal, sobretudo pela violência institucional e policial. Na realidade brasileira, a criminalização da pobreza está intrinsecamente relacionada ao racismo, sistema que afeta principalmente comunidades de minorias étnicas, como afrodescendentes, perpetuando injustiças e desigualdades sociais, essa interligação complexa sustenta um ciclo de discriminação e violência contínuo.

No entanto, existem ações e experiências de resistência e luta que promovem novas significações periféricas vinculadas a uma territorialidade que permite outras maneiras de comunicar e criar uma nova percepção sobre o ser periférico e a periferia (D'Andrea, 2013). É nesse contexto que o Quilombo Abayomi tem promovido espaços para a reflexão sobre a periferia, com a finalidade de desmistificar a associação do bairro com a violência e a marginalização. Além disso, esses espaços colocam em destaque o combate ao racismo por fortalecer a identidade local e, assim, buscar mudanças sociais significativas (Quilombo Abayomi, 2022b). A sede do coletivo é uma casa alugada mantida por meio de doações. No ano de 2022, o coletivo promoveu diversas atividades e ações com foco na cultura, educação e arte. A seguir, o Quadro 3 exemplifica as principais propostas realizadas naquele período.

Atividades promovidas pelo coletivo Quilombo Abayomi em 2022

Mutirão de expressão de arte: com tema livre, as pessoas pintaram as paredes do quilombo, a fim de expressar o que o lugar representava para elas.

Cursinho pré-vestibular: com o apoio de voluntários, ofereceu aulas para a comunidade e interessados com o objetivo de proporcionar o acesso à universidade

Assistência jurídica para mulheres: com o apoio de voluntários, manteve um espaço de escuta para atender a mulheres vítimas de violências.

Biblioteca comunitária: promoveu espaços de leitura e o acesso à história e à cultura afrodescendente, o debate contra o racismo, entre outros temas. Também forneceu o acesso a livros e apostilas que auxiliam os alunos que frequentam o cursinho pré-vestibular.

Eventos culturais: promoveram, mensalmente, eventos de cultura que valorizaram o debate racial e a cultura periférica. Um dos exemplos foi a Virada Preta realizada em novembro, que contou com três dias de evento que promoveram shows, rodas de conversa e debates.

Projeto musical: projeto proposto por um dos moradores, que, em torno do debate sobre instrumentos musicais de origem indígena, promoveu o ensino prático de como tocar e produzir o Pífe.

Distribuição de cestas básicas: o coletivo tem um projeto de apoio e de solidariedade ativa que apoia, com cesta básica, algumas famílias em vulnerabilidade.

Quadro 3: Atividades do Quilombo Abayomi que trabalharam novas territorialidades nas comunidades. Fonte: Elaborado pelas autoras.

4.2 Relatos, processos e reflexões de duas sistematizações de experiências com o Quilombo Abayomi

Este artigo apresenta o processo e os resultados de duas experiências de aplicação do método de sistematização de experiências realizadas pelas autoras, representadas na Figura 2. A primeira experiência foi realizada durante um estudo de graduação que mapeou o debate do planejamento comunitário, vinculado ao trabalho *Proposta de Ação Sócio Cultural Territorial Baseada na Análise das Manifestações Culturais Periféricas* (Santos, 2022)⁴. O objetivo foi aprofundar o debate sobre as demandas comunitárias e suas implicações no planejamento territorial. A segunda experiência decorreu de uma pesquisa de mestrado intitulada *As Bibliotecas Comunitárias como Territórios Sócio-Políticos: Estudo de Caso em Dois Bairros Periféricos das Cidades de São José dos Campos e Jacareí – SP*, em 2023⁵, que proporcionou reflexões conjuntas sobre o impacto das bibliotecas comunitárias e dos coletivos culturais na vida das comunidades periféricas (Alves, 2023).

⁴ Trabalho de final de curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo realizado por Isabela Reis Santos, com orientação de Fabiana Felix do Amaral e Silva.

⁵ Dissertação de Mestrado realizada por Cintia Fabiola Mota Alves, com orientação de Fabiana Felix do Amaral e Silva. O trabalho de campo teve sua aprovação pelo Comitê de Ética da instituição responsável (CAAE 58133922.7 000005503) em 2022.



Fig.2: Imagens da sistematização de experiências I e II. Fonte: Fotos do acervo da pesquisa.

A apresentação dos passos dos processos das duas sistematizações retratadas no Quadro 4 e no Quadro 5 facilita a compreensão dos procedimentos e suas interconexões, tornando o conteúdo mais acessível e informativo.

Etapas da Sistematização de Experiências

Sistematização I - Proposta de Ação sociocultural e territorial baseada na análise das manifestações culturais periféricas.

<p>Primeira Etapa Reunir os autores e os registros das experiências</p>	<p>A pesquisadora contatou as lideranças e apresentou a proposta de investigação. Em seguida, a partir das redes sociais do grupo, organizou os registros da historicidade das ações. Foi realizada uma visita de campo para conhecer o espaço e a dinâmica do bairro.</p>
<p>Segunda Etapa Apresentar e definir para que se quer sistematizar e que experiências se quer sistematizar</p>	<p>A pesquisadora compartilhou com o grupo a proposta de análise do TCC, com o objetivo de avaliar as problemáticas do planejamento urbano convencional e as possibilidades de uso e ocupação propostos pela comunidade. Na sequência, em conjunto com o coletivo, definiu-se a sistematização das experiências por meio de cartografias. A cartografia proposta apresentou a relação entre as ações sociais e culturais presentes na comunidade e as interações com o espaço público e os equipamentos culturais/educacionais/ lazer existentes.</p>
<p>Terceira Etapa Reconstrução da história, ordenação e a classificação das informações e dos momentos vividos.</p>	<p>Foi apresentado aos participantes o mapa do bairro com a localização dos espaços e equipamentos públicos. A oficina iniciou com o debate sobre as fragilidades e as potencialidades e encerrou com a apresentação de proposições de uso e ocupação do espaço público.</p> <p>A dinâmica da sistematização consistiu em uma roda de conversa que se propôs apontar o levantamento das fragilidades, potencialidades e proposições e que de maneira concomitante era especializada no mapa do bairro</p> <p>A atividade aconteceu no dia 19 de maio de 2022 e contou com a presença de quinze pessoas da comunidade.</p>
<p>Quarta Etapa Analisar, sistematizar e interpretar criticamente o processo</p>	<p>As fragilidades, potencialidades e proposições foram sistematizadas e interpretadas criticamente e resultou em encaminhamentos em diferentes escalas de alcances, ou seja, da política pública ao processo de ocupação e uso dos espaços públicos do bairro.</p>
<p>Quinta Etapa Comunicar a aprendizagem</p>	<p>Estas informações foram organizadas pela pesquisadora a partir das concepções do planejamento comunitário e, ao correlacionar os saberes da comunidade com os saberes técnicos, resultou em uma proposta de ação sociocultural e territorial comunitária. Em outubro de 2023 as pesquisadoras voltaram ao bairro e apresentaram os resultados do TCC para uma segunda avaliação da comunidade.</p>

Etapas da Sistematização de Experiências	Sistematização II - As bibliotecas comunitárias como territórios sócio-políticos: estudo de caso de dois bairros periféricos das cidades de São José dos Campos e Jacareí – S.P.
Primeira Etapa Reunir os autores e os registros das experiências	A pesquisadora contatou as lideranças e apresentou a proposta de investigação. Em seguida, a partir das redes sociais do grupo, organizou os registros da historicidade das ações.
Segunda Etapa Apresentar e definir para que se quer sistematizar e que experiências se quer sistematizar	A pesquisadora compartilhou com o grupo a pergunta-chave da sua pesquisa. “Como as ações das bibliotecas comunitárias, ao levantar as dimensões sociocultural-espaciais, podem contrapor aspectos das ações das políticas públicas apresentadas descoladas das dinâmicas e demandas sociais das cidades em estudo?” Na sequência definiu-se em conjunto com o coletivo sistematiza as ações e projetos que realizaram em seu território no ano de 2022 para avaliar o alcance e como impactam na vida da comunidade.
Terceira Etapa Reconstrução da história, ordenação e a classificação das informações e dos momentos vividos.	A dinâmica em grupo aconteceu no dia 12 de dezembro e contou com a presença de 12 pessoas da comunidade. A sistematização proposta contou com a realização de dois mapeamentos. O primeiro foi o Mapeamento das ações do coletivo no tempo . Foi confeccionada uma tabela com seis momentos importantes sobre as experiências vivenciadas O segundo foi o Mapeamento das ações e relações com o território . Foram apresentados dois mapas. O primeiro foi mapa da cidade de São José dos Campos e o segundo o mapa do bairro do Campo dos Alemães. Os participantes identificaram suas ações e práticas no território regional e local, bem como, as ações da ação direta d capital com o objetivo de avaliar a relação de resistência e seus alcances.
Quarta Etapa Analisar, sistematizar e interpretar criticamente o processo	Após organizar o mapeamento os participantes apresentaram suas análises e foi possível refletir criticamente sobre o processo ao reavivar os seis momentos mais relevantes que vivenciaram, seus impactos e aprendizados.
Quinta Etapa Comunicar a aprendizagem	Estas informações foram sistematizadas e organizadas pela pesquisadora e contribuíram com o debate sobre a importância das bibliotecas comunitárias como espaços sócio-políticos. Em 2023 foi entregue a comunidade o documento da Dissertação em uma visita de campo posterior.

Quadro 5: Sistematização II - As bibliotecas comunitárias como territórios sócio-políticos: estudo de caso de dois bairros periféricos das cidades de São José dos Campos e Jacareí – S.P. Fonte: Elaborado pelas autoras.

As sistematizações de experiências realizadas constataram a lógica de exclusão territorial ligada à prática da criminalização da pobreza e do controle dos territórios periféricos. Essa lógica é paramentada pela ausência programada de investimentos em equipamentos e estruturas básicas, tais como educação, lazer, saúde e cultura. As sistematizações mapearam as fragilidades territoriais, principalmente aquelas relacionadas à má gestão de equipamentos públicos, como o ginásio

poliesportivo, que não é acessível ao público, e as praças com mobiliários urbanos quebrados e ausência de bancos. Além disso, foi observada a falta de iluminação adequada nos campos abertos da região, o que gera insegurança, especialmente para mulheres, favorece episódios de violência policial e, assim, reforça a vulnerabilidade e o medo entre os moradores. Também foi identificada a ausência de pontos de ônibus com iluminação adequada durante a noite para os usuários de transporte público.

O comentário de uma das participantes da sistematização retrata a situação de abandono de uma praça, a violência policial e a ocupação e uso da rua pela comunidade:

É uma praça enorme que temos um balancinho quebrado, ausência de bancos, iluminação deficiente. O campinho de futebol que existe foi colocado pela população.

Aqui é como se estivéssemos numa zona de guerra. A violência é cotidiana tem operações de manhã no bairro e todos ficam com medo e todos que estão na rua são suspeitos e são abordados de forma bruta de dia e imagina aqui que tem espaços escuros nestas praças que a polícia pode passar do limite.

A gente tem uma cultura de ficar mais na rua...são casas pequenas. Muitas famílias então o nosso lazer acaba indo para rua, é uma churrasqueira que vai para calçada é uma mesa que vem para a praça e a prefeitura não vê isso. (“Participante”, 28 anos, estudante universitária)⁶.

No entanto, as sistematizações evidenciaram que as ações do coletivo tensionam o planejamento urbano convencional ao demonstrarem novas formas de ocupação e uso do espaço. Por meio de mutirões de arte, cursinhos pré-vestibulares, assistência jurídica para mulheres e outras ações, o coletivo promove transformações sociais significativas na comunidade, proporcionando acesso à educação, cultura e assistência social. Além disso, a distribuição de cestas básicas ajuda a apoiar as famílias em situação de vulnerabilidade, o que evidencia a participação ativa e o protagonismo no território. Essas potencialidades mostram como o coletivo se destaca ao proporcionar a participação ativa e a transformação social no território, além de demonstrar alternativas significativas para a ocupação e o uso do espaço urbano.

As sistematizações das experiências levantaram três categorias sínteses do papel sociopolítico do coletivo: vínculo comunitário; estratégias de r-existência frente à ausência do Estado; e espaço de formação sociopolítica. Vale ressaltar que o Quilombo Abayomi desempenha um papel essencial na reconstrução dos vínculos comunitários ao fortalecer laços que desafiam estigmas históricos. Isso é alcançado por meio de eventos culturais que valorizam a cultura afro-brasileira e questionam narrativas de dominação e exploração na região.

Nas periferias, as estratégias de "r-existência" (Porto Gonçalves, 2001) envolvem a luta contra a hostilização da região por meio da promoção de ações sociais, culturais e educacionais que valorizam as identidades e expressões periféricas. Portanto, as ações da biblioteca comunitária, o curso pré-vestibular, as aulas de música, os eventos e as rodas de conversa desempenham um papel central na formação sociopolítica da comunidade ao potencializar a cultura afrodescendente e enfatizar a necessidade de combater o racismo sistêmico.

5 Considerações finais

Os objetivos deste artigo foram destacar a relevância das epistemes decoloniais no planejamento urbano e nos movimentos sociais, a fim de valorizar o protagonismo dos grupos subjugados e tensionar a ordem estabelecida. As experiências do Quilombo Abayomi demonstram um controle popular do território que desafia a abordagem tradicional e eurocêntrica do planejamento urbano, visto que exploram novos usos e ocupações baseados na cultura local e nas necessidades das comunidades. Esses espaços culturais e educacionais nas periferias ganharam uma dimensão sociopolítica significativa, tornando-se lugares ativos de resistência e transformação social, os quais valorizam a autodeterminação e a participação

⁶ Informação retirada do banco de dados da pesquisa.

dos indivíduos nas decisões que afetam suas vidas. A aplicação do método de sistematização de experiências em estudos de arquitetura e urbanismo e de planejamento urbano evidencia as experiências e saberes locais, levando a uma compreensão mais comprometida e contextualizada dos desafios enfrentados pelas comunidades marginalizadas.

A atuação do Quilombo Abayomi desempenha um papel de destaque na contestação da hegemonia do saber e do poder territorial, à luz do conceito de "colonialidade territorial" (Farrés Delgado & Matarán, 2012). As ações do coletivo concentram-se em se contrapor à predominância do "ser urbano" sobre outras formas de existência ao fomentar a valorização das identidades e manifestações culturais periféricas. No âmbito da "colonialidade do saber territorial", as iniciativas do coletivo fortalecem suas crenças e compreensão racial, facultando uma resistência às estruturas do saber ocidental que historicamente marginalizaram outras expressões de conhecimento originadas em contextos de colonialidade. Adicionalmente, a "colonialidade do poder territorial" é abordada por meio de ações que abrangem os domínios social, cultural e educacional que denunciam as estruturas de supremacia no âmbito do saber e do poder territorial, que, ao longo da história, colocaram à margem e oprimiram as comunidades nas regiões periféricas.

Neste sentido, os métodos decoloniais incentivam uma postura reflexiva e crítica dos pesquisadores, os quais podem reconhecer as assimetrias de poder presentes nas relações de pesquisa e buscar formas de superá-las. Desse modo, o diálogo em questão traz à tona desafios para esfera do conhecimento em planejamento urbano e introduz perspectivas teóricas e metodológicas que enfatizam a autoria dos atores envolvidos e que fortalecem uma teoria decolonial alinhada à transformação social.

Referências

Alves, C. F. M. (2023). *As Bibliotecas Comunitárias como Territórios Sócio-Políticos: Estudo de Caso em Dois Bairros Periféricos das Cidades de São José dos Campos e Jacareí – SP*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. <http://biblioteca.univap.br/dados/00006b/00006b20.pdf>

Araújo, J. P. F. (2022). *Cidades inteligentes, tecnologia e a gestão do território em São José dos Campos* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. <https://biblioteca.univap.br/dados/000064/000064c3.pdf>

Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (11), 89-117. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>

Batista, P. C. (2019). O quilombismo em espaços urbanos: 130 após a abolição. *Revista Extraprensa*, 12, 377-396. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.153780>

Borsani, M. E. (2021). Reconstruções metodológicas e ou metodologias a posteriori. *Epistemologias do Sul*, 5(1), 94-109. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/3133/2863>

Britto, M. V. B. (2020). 'Autonomía y Diseño', de Arturo Escobar (resenha). *Redobra*, 15, 339-345. http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2020/15/18-REDOBRA_15-Resenha_Marcos_Britto.pdf

D'Andrea, T. P. (2013). *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18062013-095304/pt-br.php>

Dulci, T. M. S., & Malheiros, M. R. (2021). Um giro decolonial à metodologia científica: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a América Latina. *Revista Spirales*, 5(1), 174–193. <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2686>

Escobar, A. (2014). *Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: Unaula.

Escobar, A. (2016). *Autonomía y diseño*. Popayán: Sello.

Farrés Delgado, Y. (2016). Arquitectura y decolonialidad: algunas ideas sobre la Escuela de Artes Plásticas de Ricardo Porro. *Aisthesis*, (60), 167-190. <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-71812016000200009>

Farrés Delgado, Y., & Matarán, A. (2012). “Descolonizar los estudios territoriales. Consideraciones epistémicas desde el caso de La Habana”. In: Vianello, A. & Mañé, B. (Coord). *Políticas del Conocimiento y Dinámicas Interculturales: Acciones, Innovaciones, Transformaciones*. (pp. 43-56). Barcelona: Universidad de Naciones Unidas y Fundación CIDOB.

Forti, M. C. (2020). *O Marketing Urbano como Forma de Dominação na Produção Capitalista do Espaço em São José dos Campos, SP*. (Dissertação de Mestrado), Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. <https://biblioteca.univap.br/dados/00005c/00005c79.pdf>

França, F. T. (2020). Metodologias decoloniais: um museu de grandes novidades? *Cadernos de Estudos Culturais - Despoéticas, despolíticas, desobediências*, 2(24), 77-88. <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/11699>

Freire-Medeiros, B., & Name, L. (2019). Epistemologia da laje. *Tempo Social*, 31(1), 153- 172. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.151262>

Haesbaert, R. (2020). Território(s) numa perspectiva latino-americana. *Journal of Latin American Geography*, 19(1), 141-151. <https://www.univale.br/wp-content/uploads/2020/11/Territorios-numa-perspectiva-latino-americana.pdf>

Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo.

Holliday, O. J. (2006). *Para sistematizar experiências*. (2. ed.). Brasília: MMA.

Holston, J. (2016). Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 18(2), 191-204. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n2p191>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo*. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *São José dos Campos: panorama*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-jose-dos-campos/panorama>

Lander, E. (2000). Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: Lander (Ed.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. (pp. 7-24). Buenos Aires: CLACSO. https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624092356/4_Lander.pdf

Localização do Quilombo Abayomi. (23 Jan. 2023). *Google Maps*. Google. <https://bityli.cc/zfs>

Maldonado Torres, N. (2007) “Sobre la colonialidad del ser. Aportes al desarrollo de un concepto” In Santiago Castro-Gómez & Ramón Grosfoguel (eds.) *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. (pp. 127-167). Bogotá: Lesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores.

Miraftab, F. (2009). Insurgent planning: Situating radical planning in the global South. *Planning Theory*, 8(1), 32-50. <https://doi.org/10.1177/1473095208099297>

Porto Gonçalves, C. W. (2001). *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. São Paulo: Contexto.

Quijano, A. (2007). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander (ed), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. (pp. 117-142). Buenos Aires: CLACSO.

- Quilombo Abayomi. [@quilomboabayomi5545]. (2022a). Sobre. <https://www.youtube.com/@quilomboabayomi5545/about>
- Quilombo Abayomi. (2022b). *Aberta todos os dias com espaço de leitura*. @quilomboabayomi. [Instagram]. Disponível em <https://www.instagram.com/quilombo.abayomi/>
- Santos, I. R. (2022). *Proposta de Ação Sócio Cultural Territorial Baseada na Análise das Manifestações Culturais Periféricas* (Trabalho final de curso). Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos.
- São José dos Campos. (2017). *Oficinas de leitura comunitária: 02/10 a 31/10/2017*. São José dos Campos: IPPLAN. http://planodiretor.sjc.sp.gov.br/resources/uploads/Link/Arquivo/Apresentacao_Relatorio_Final_Oficial_V2.pdf
- São José dos Campos. (2018). *Plano Diretor de São José dos Campos: Regiões Urbanas*. São José dos Campos: Prefeitura. http://planodiretor.sjc.sp.gov.br/resources/uploads/EstudoTecnico/Anexo/PD_VOLUME_1_C7_REGIOES_URBANAS.pdf
- Silva, F. F. A., & Maciel, L. M. (2021). "Decolonizando" o planejamento urbano a experiência dos conflitos urbanos nas cidades latino-americanas. In Limonad, E. & Monteiro, J. C. (Orgs.) *Planejamento Territorial v. 1: reflexões críticas e perspectivas*. (pp. 185-219). São Paulo: Editora Max Limonad.
- Silva, F. F. A., & Oliveira, D. (2017). A potência política dos territórios periféricos na metrópole de São Paulo. *Polisemia*, 13(24), 41-56. <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002916840.pdf>
- Sousa, R. L., & Cavalcante, L. V. (2021). Práxis epistêmica da pedagogia do território: contribuições decoloniais à geografia. *Geografia*, 46(1), 1-20. <https://doi.org/10.5016/geografia.v46i1.15767>
- Telles, V. S. (2001). *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: Editora 34.
- Zibechi, R. (2015). *Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas*. Rio de Janeiro, Consequência Editora.